



Luta pelo IPE Saúde público, solidário e de qualidade

Novo currículo do Ensino Médio gaúcho é retrocesso civilizatório

Escola é para quem tem formação para educar, não para reprimir

6% É DESRESPEITO: DEPUTADOS APROVAM REAJUSTE VERGONHOSO AOS SERVIDORES



Agência para devolução: AGF Baltazar - CEP: 91130973 - Porto Alegre/RS

Informações acesses: www.cpers.org.br
ou ligue para: 51 3254.6000

Responsável: / /

Reintegrada ao serviço postal em: / /

Informação escrita pelo porteiro ou síndico

End. Insuficiente

Falecido

Mudou-se

Não procurado

CEP

Ausente

Desconhecido

Não existe número indicado

Recusado

Ao Carteiro: Em caso de serviço de Devolução Eletrônica, por gentileza, efetuar a baixa deste objeto no Sistema CEDO, indicando o motivo de sua não-entrega.

EDITORIAL

Enquanto houver ataques, haverá luta!

Quem educa tem por ofício combater a desinformação. Em época de eleição, todos(as) dizem amar a educação, mas antes de decidir seu voto, lembre, nestas eleições, veremos profissionais da política escondendo seus verdadeiros projetos com promessas vazias. Urge estudar de forma crítica as propostas de cada candidato(a), estadual e nacional, e o histórico do seu partido.

Também nesse período, percebemos o crescimento da rejeição à política, o desencanto com a democracia e a disseminação de falsas concepções sobre o processo eleitoral. Nossa categoria, símbolo de valentia e resistência, não está imune a este discurso fácil e enganador. Lembremos, foi o desinteresse na política que nos levou à atual situação de penúria.

Nunca foi tão importante sabermos quem defende e quem é contra o atual projeto, que iniciou no governo de José Ivo Sartori (MDB) e segue em curso no governo Eduardo Leite/Ranolfo Vieira Júnior (PSDB).

Se informem, o próprio site da Assembleia Legislativa apresenta o voto de cada deputado/partido em importantes projetos que tiveram impacto direto no dia a dia dos educadores(as). Quem apoiou essas políticas, está contra a educação e a categoria.

Nossos direitos não são presentes, são fruto de muita luta e mobilização popular.

Cobramos dos governantes, independente das bandeiras que levantem, salário digno, valorização e respeito à educação pública, gratuita e de qualidade para todos(as).

Helenir Aguiar Schürer
Presidente do CPERS/Sindicato

Luta pelo IPE Saúde público, solidário e de qualidade



A atual crise do IPE Saúde, uma das mais graves da sua história, demonstra o descaso e o descompromisso dos governos de José Ivo Sartori (MDB) e Eduardo Leite/Ranolfo Vieira Júnior (PSDB) com o plano de saúde, que garante atendimento a cerca de 1 milhão de servidores(as) e dependentes no Rio Grande do Sul.

O Instituto já acumula R\$ 1,1 bilhão de dívida para hospitais e clínicas gaúchas pela prestação de serviços médicos aos usuários(as). Desde o governo Sartori, o Estado se apropriou dos inúmeros imóveis que compunham o patrimônio do Fundo de Assistência à Saúde

(FAS/RS). Nos últimos meses, foram vendidos e arrecadados mais de R\$ 30 milhões desses bens, que ainda não foram repassados para a entidade.

O novo presidente do IPE Saúde, Bruno Jatene, recentemente em entrevista à Zero Hora não descartou a hipótese de aumento de alíquota ou cobranças diferenciadas por risco de sinistralidade aos segurados(as).

É importante salientar que a crise financeira do IPE Saúde é de responsabilidade dos governos Sartori e Leite, que mantiveram os salários dos servidores(as) parcelados e congelados ao longo de mais

de sete anos. Como consequência, a arrecadação do IPE Saúde ficou estagnada.

Não é justo que os servidores(as) estaduais paguem pela falta de compromisso e má gestão de seis presidentes, que já passaram pela autarquia, desde 2018. Isso explicita a pouca responsabilidade dos últimos governos com o Instituto.

O CPERS seguirá firme e pressionando em todas as frentes para barrar os ataques ao IPE Saúde, em defesa do Instituto público, fortalecido e de qualidade, que atenda às necessidades de todos os segurados(as).

INFORMES PARA OS SÓCIOS(AS):



Para ajuizamento de ações, dúvidas sobre processos em curso e esclarecimentos sobre questões legais, entre em contato com a nossa Assessoria Jurídica.

Telefone: (51) 3073.7512

E-mail: atendimento@buchabqui.adv.br

Atendimento: segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h



Para informações sobre a sua vida funcional, esclarecimentos sobre o contracheque, cálculo para aposentadoria e serviços variados, contate o Serviço de Atendimento ao Sócio (SAS).

Whatsapp: (51) 9569.0465 ou (51) 9663.5699

E-mail: sas@cpers.org.br

Atendimento: de segunda a quinta das 9h às 17h e sextas das 9h às 12h

No mês de março, durante a Caravana da Verdade, o CPERS lançou a nova versão da **Cartilha de direitos e vantagens** do Magistério Público e Funcionários(as) de escola. Esperamos que este material inspire novos avanços e reforce a importância da luta e da organização coletiva. Exigir nossos direitos é ensinar democracia!



Baixe o material no link:
bit.ly/CartilhaDireitoseVantagens

Visando fortalecer a relação do CPERS e seus associados(as), o Sindicato firmou contrato com a **Uniodonto**, maior operadora de planos odontológicos do sul do país. A partir de maio, nossos sócios(as) terão direito a valor diferenciado nos planos de assistência odontológica especial da Uniodonto, em todo o território nacional, com mensalidades acessíveis para associados(as) e seus familiares, mediante contribuição mensal individual, ou seja, pago para cada dependente. Para mais informações ligue (51) 3024.3090 / (51) 99668.1150.

6% é desrespeito: deputados aprovam reajuste vergonhoso aos servidores

Após uma tumultuada sessão na tarde do dia 3 de maio, a Assembleia Legislativa do RS aprovou o indecente reajuste de 6% proposto pelo Executivo. O percentual está longe de cobrir a inflação acumulada desde novembro de 2014 (58,96%), quando a maioria do funcionalismo estadual teve o salário reajustado pela última vez.

Servidores(as) públicos de todas as esferas traçaram uma luta unificada pela justa alteração do valor, exigindo, no mínimo, a recomposição da inflação do último ano (10,06%).

Também pressionaram os deputados(as) para que, ao menos, votassem as emendas com a alteração do percentual, mas essas emendas foram patroladas pela base governista e sequer foram apreciadas. O projeto foi aprovado por 48 a 2 votos; os dois deputados do Partido Novo (Giuseppe Riesgo e Fábio Ostermann) votaram contrários, ou seja, julgam que o funcionalismo não merecia nem esses míseros 6%.

A presidente do CPERS, Helenir Aguiar Schürer, destaca que é preciso lembrar quem apoia e quem é contra qualquer tipo de

valorização do funcionalismo.

“Servidores amargaram oito anos sem nem um centavo de reajuste, isso significa que receberemos menos de 1% ao ano, quando as nossas perdas inflacionárias já chegam a 58%. Tivemos deputados que lutaram ao nosso lado pelo reajuste de 10,06%, mas é importante que a gente guarde os nomes dos deputados – como os do Partido Novo – que atacam os servidores públicos”.

Após a farsa dos 32% do governo Eduardo Leite (PSDB), que não concedeu reajuste linear para a

categoria e após se tornar o primeiro governador a não conceder reajuste aos funcionários(as) de escola e aos aposentados(as) sem paridade, o PL 52/22 foi último golpe de Leite antes de renunciar ao governo.

Eduardo Leite (PSDB) fugiu, relegando os servidores(as) à fome e à exaustão e deixando o estado na miséria, sem avançar em pautas essenciais. Seu legado é de destruição, autoritarismo, aprofundamento da miséria da categoria, extermínio de direitos e desmonte da escola pública.

10,06% era possível e justo

Dias antes da votação do PL 52/22, o governador Ranolfo Vieira Júnior (PSDB) declarou ao Correio do Povo, que não existia a possibilidade de ampliação do índice de 6% sem infringir a legislação eleitoral e de responsabilidade fiscal, mas, segundo estas mesmas leis, havia prazo e margem para o aumento, então o que impediu o governo de valorizar os servidores(as)?

De acordo com dados organizados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), vinculado ao Ministério da Economia, o Rio Grande do Sul, em 2021, foi o 4º estado com maior volume de arrecadação de tributos estaduais (ICMS, IPVA, ITCD e outros) com total de R\$ 51,3 bilhões arrecadados. Se tem dinheiro, basta valorizar o que importa!



Poder de compra aniquilado

Os 6% aprovados representam menos de 1% ao ano desde o último reajuste. Neste período, tudo ficou mais caro e itens básicos se tornaram um peso ainda maior no bolso dos trabalhadores(as).

De 2014 para cá, o óleo de soja subiu 294%, a carne de gado 136%, o gás de cozinha 151%, o feijão 98%, o arroz 100% e o leite 129%. O último índice de inflação divulgado (março/2022) registrou a maior inflação em 28 anos.

Vale destacar, que neste mesmo período, o preço da Cesta Básica – calculada pelo Dieese, com base nos custos médios da capital – aumentou de R\$ 342,62 para R\$ 780,86; o equivalente a 127,9%.

Neste cenário, 6% é mais que injusto, esse valor representa a desvalorização e o massacre do funcionalismo, iniciado no governo Sartori (MDB) e perpetuado pelo governo Eduardo Leite/Ranolfo Vieira Júnior (PSDB).

Novo currículo do Ensino Médio gaúcho é retrocesso civilizatório

Imposto aos atropelos na rede pública estadual, o novo Ensino Médio traz mudanças ainda desconhecidas pelo grande público; mas - para quem trabalha no chão da escola - apresenta uma série de preocupações.

A verdade por trás do alarde da Secretaria de Educação (Seduc) é que trata-se de uma reforma inadequada, apartada do contexto social e da realidade das instituições de ensino gaúchas.

Um dos problemas apontados por educadores(as) e estudantes é a redução da carga horária do currículo obrigatório, que prejudicou o desempenho de alunos(as) em processos seletivos

como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

“Na minha turma, alunos que estudavam desde o Ensino Fundamental pediram transferência para outra escola que ainda não implantaram esse novo Ensino Médio. O principal motivo foi pela retirada de algumas disciplinas que são consideradas importantes para quem visa fazer um vestibular como o Enem”, explica a aluna do 3º ano do Ensino Médio do CE São Patrício, escola-piloto de Itaquí, Larissa Serres Espinosa.

Com o novo modelo, a instituição tem que escolher itinerários formativos que beneficiam determinada área do conheci-

mento em detrimento de outras.

Para Paola Costa, professora da escola-piloto de Porto Alegre, EEEB Presidente Roosevelt, a longo prazo, a forma como o novo Ensino Médio está sendo implantado traz graves prejuízos na formação dos educandos(as).

“Será que um estudante que quer ter um aprofundamento na área de Ciências Humanas, mas está em uma escola que a opção foi pela Matemática, vai conseguir vaga em uma instituição em que há aprofundamento na área que ele quer?”, questiona.

Além da formação inadequada - feita de qualquer jeito pelo governo Eduardo Leite/Ranolfo

Vieira Júnior (PSDB)-, ainda faltam professores(as) para lecionarem as disciplinas. Pior: não há estrutura adequada para trabalhar os itinerários formativos, já que o Estado não garante sequer internet decente, além de laboratórios às escolas.

O CPERS defende o respeito ao currículo debatido no chão da escola, a gestão democrática e a autonomia das instituições de ensino para desenvolverem seus projetos político-pedagógicos.

Confira a matéria completa em bit.ly/CPERSEMRS

Escola é para quem tem formação para educar, não para reprimir

De caráter reacionário e autoritário, o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (Pecim), criado em 2019 pelo governo Bolsonaro (PL), até março deste ano, contava com a adesão de 136 instituições. O Rio Grande do Sul é o estado com maior número de escolas que integram o programa.

O objetivo do governo federal é estruturar 216 escolas cívico-militares em todo o país até 2023.

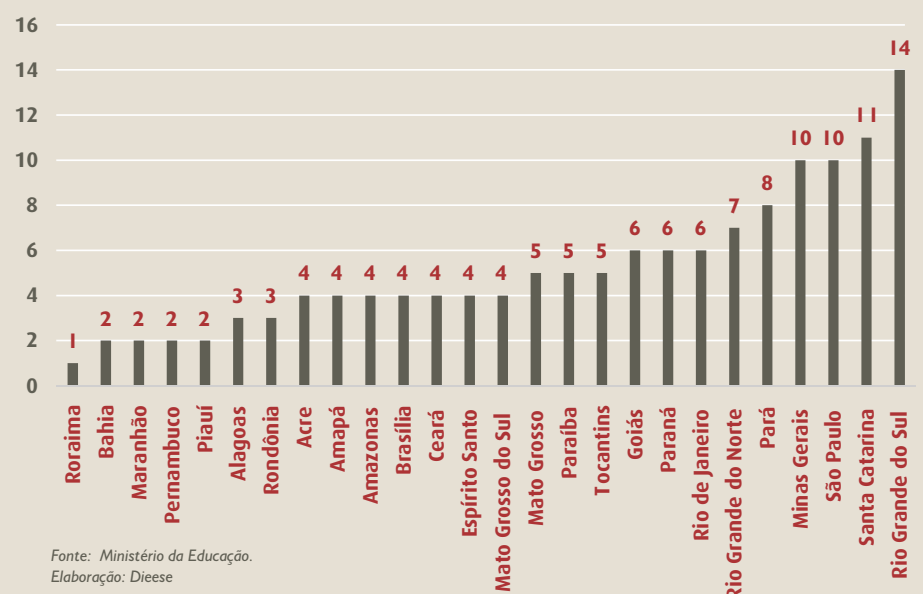
O Pecim institui a presença de oficiais da reserva ou brigadianos reformados nas instituições para “resgatar princípios como disciplina, ordem e valorização dos símbolos da pátria”. Mas, na prática, fere a

gestão democrática das escolas e leva medo aos estudantes. Por não estar previsto nem na Constituição Federal e nem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pode ser considerado inconstitucional e ilegal.

Casos de agressão, racismo, assédio sexual e moral são rotina em estados que já concretizam o programa. Há registro de diversos casos de racismo, suspeita de abuso de alunas, violência e ameaças de morte contra os estudantes.

O CPERS reitera: trocar o giz pelo coturno é um desrespeito com a categoria e, cada vez mais, uma ameaça às crianças e adolescentes.

NÚMERO DE ESCOLAS QUE ADERIRAM AO PECIM, SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO



Fonte: Ministério da Educação.
Elaboração: Dieese

Confira a matéria completa em bit.ly/PECIMRS